

SINOPSE DE REUNIÃO

“Reunião da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura – CT Pesca”	
Documento convocatório: Ofício CBHLSJ n.º 92/2022 de 13 de maio de 2022	
Data: 24/05/2022 Hora: 14h	Local: UVA – Universidade Veiga de Almeida
Presentes: Membros: Francisco Guimarães (Assoc. de Pescadores Artesanais e Amigos da Praia da Pitória); Mariana Botelho (FIPERJ); Aline Thomasi (FIPERJ); José Ricardo de Souza (Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia); Paulo Cesar (Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia); Breno Bento (P.M.S.P.A.); Eli da Costa (Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio). Convidados: Joel de Souza (APAMA); Mara Célia (APAMA); Marcos Pereira (APAMA); Maria Paula (DAP/SFA-RJ/MAPA); Arlene Correa (DAP/SFA-RJ/MAPA); Roni Ribeiro APAGPLA); Marco Antonio (Colônia Z-4); Haroldo Pinheiro (Colônia de pescadores Z -06); Reginaldo (Asso. Praia da Baleia); Fernando Bifó (Guarda Marítimo Arraial do Cabo); Pablo (Colônia Z-4); Thiago (Dep. Pesca); Jéssica Berbat (CILSJ); Samara Miranda (CILSJ); Manuella Souto (CILSJ).	
Pauta: 1 – Aprovação de minuta de sinopse de reunião anterior (10/03/2022); 2 – Entrega de registros das artes de pesca; 3 – Discussão acerca da mudança do período do defeso das lagoas de Araruama e Saquarema; 4 – Assuntos Gerais.	
Resumo: O Coordenador desta Câmara Técnica, Sr. Francisco, Guimarães iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida, solicitou a retirada do segundo item de pauta, sobre a entrega de registros das artes de pesca, para ser tratada na próxima reunião, tendo em vista que não houve tempo hábil de envio da documentação para abertura do processo no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Pediu, então, que os presentes se apresentassem. Após as apresentações, prosseguiu-se para o primeiro ponto de pauta, referente à aprovação da minuta de sinopse de reunião anterior, do dia 10/03/2022. Feito a leitura da sinopse, o Sr. Francisco Guimarães colocou para aprovação. A sinopse foi aprovada pelos membros sem manifestações contrárias. O Sr. Eli da Costa comentou que a sinopse estava clara em relação aos fatos que aconteceram. Passou-se para o segundo ponto de pauta sobre as discussões acerca da mudança do período do defeso das lagoas de Araruama e Saquarema. Foi apresentado o mapa da barragem, onde o Sr. Francisco Guimarães proferiu que os pontos amarelos no mapa foram frutos de um levantamento que indicavam a localização da marca de barragem de cada pescador. Comunicou que os locais que ainda estavam desorganizados eram a Ponta do Ambrósio, bairro de São Pedro da Aldeia e Bacaxá, distrito de Saquarema. Mediante a isto, apresentou a minuta de Comunicação Externa da Câmara Técnica de Pesca e Agricultura, direcionado à Sra. Maria Paula, que tratava sobre a fiscalização das artes de pesca fixa e o recadastramento da arte de pesca de barragem, realizando a leitura da mesma. A Sra. Maria Paula agradeceu a menção da mesma no	

documento e solicitou que o mesmo fosse direcionado à Divisão de Pesca do MAPA. A Sra. Arlene Correa informou que estavam faltando as certificações dessas dezenove barragens citadas no documento, pois eram necessária alguma comprovação da existência das mesmas. Solicitou, então, que fosse encaminhado um comprovante de residência recente junto às certificações. O Sr. Carlos Ney alegou estar com os documentos. A Sra. Arlene Correa informou que levaria os documentos para anexação ao processo. O Sr. Francisco Guimarães demandou que fosse apresentado o mapa de arte de pesca fixa e questionou se o Sr. Roni Ribeiro tinha alguma considerações a fazer. O Sr. Roni Ribeiro relatou o problema com os três ganchos de pesca antigos, que não possuíam documentação. Todavia, elucidou que já foi feito um referendo reconhecendo essas três marcas. O Sr. Francisco Guimarães questionou como estava o andamento da entrega dos mapas. O Sr. Roni elucidou que essa entrega precisava ter um mecanismo de sanção, caso não fosse entregue, de forma a incentivar que fosse entregue sem problemáticas. O Sr. Francisco Guimarães questionou se o mesmo achava que existia alguma dificuldade no entendimento para preenchimento do mapa. Sr. Roni Ribeiro afirmou que sim, e que seria necessária a elaboração de um mapa de preenchimento mais simples, se disponibilizando a fazer um esboço e encaminhar para a FIPERJ. O Sr. Roni Ribeiro questionou se havia uma previsão de prazo para a entrega desses documentos exigidos para comprovação de existências das barragens. O Sr. Francisco Guimarães aclarou que o prazo seria até o final de junho. Logo após, referente à mudança do período do defeso da Lagoa de Araruama, o Sr. Francisco Guimarães solicitou que a Sra. Maria Paula, da DPA/SFA-RJ/MAPA, levasse esse pedido de mudança do período do defeso para a Superintendência Federal de Agricultura do Rio de Janeiro e ao Deputado Federal Christino Áureo, pois seria uma pessoa diretamente ligada à agricultura e com acesso a Brasília, para tentar avançar com a mudança do defeso. Proferiu que traria uma mudança enorme para a pesca e para a lagoa como um todo. Memorou que foram encaminhados ofícios ao DPA/SFA-RJ/MAPA e solicitou o envio de um novo ofício reforçando esse pedido a superintendência. O Sr. Francisco Guimarães comentou que o defeso para os peixes obteve sucesso. Todavia, em relação aos camarões, estava trazendo um grande prejuízo para região. A Sra. Mariana Botelho destacou que os pescadores deveriam optar pela pesca de camarão ou peixe, respeitando o período de defeso para a espécie escolhida. Dessa forma, não poderiam pescar outra espécie enquanto a escolhida estivesse em defeso. A Sra. Maria Paula elucidou que o defeso é uma ajuda de grande importância para o ciclo de vida das espécies e, conseqüentemente, para a pesca. Em relação a alteração do período de defeso, aclarou que não caberia a mesma a análise e que os processos estavam sendo analisado em Brasília. Esclareceu que o MAPA não eram os responsáveis pelo pagamento do auxílio no período do defeso, mas sim o INSS. Citou que existe um decreto de 2015, do Governo Federal, que enuncia que se o pescador tem uma alternativa de pesca durante o período de defeso, não estava apto para receber o auxílio. O Sr. Roni Ribeiro questionou se, existindo a alternativa de pescar peixe e camarão intercalados, ou seja, com o pescador não ficando um período sem pescar, não poderia ocasionar um conflito, por não terem direito ao recurso. Um dos presentes proferiu que, em seu entendimento, se na época do defeso o pescador tem como alternativa pescar em outra lagoa, não caberia esse pescador receber o seguro desemprego, tendo em vista que o mesmo teria uma fonte de renda. Destacou, ainda, a falta de compromisso com a lagoa daqueles que não cumprem o defeso. Os membros das associações de pescadores discutiram sobre questões relativas a malhagem das redes de pesca de camarão e peixe na Lagoa de Araruama. A Sra. Maria Paula aclarou como funcionava a questão do auxílio defeso, elucidando que, através de um sistema eletrônico, seria possível confirmar se o pescador informou que pescaria peixe ou camarão. Dessa forma, se o pescador alegar pescar um e estiver pescando outro, o mesmo seria multa, e não receberia o auxílio. O Sr. Roni Ribeiro questionou se havia risco de dar entrada na solicitação do auxílio defeso e o INSS não liberar, por existir condições de pescar outra espécie na lagoa. O Sr. Francisco Guimarães aclarou que a pescaria deveria corresponder à licença do pescador. Pontuou, ainda, que o pescador que optar pescar os dois não teria direito de receber o auxílio. A Sra. Maria Paula elucidou que o pescador assinaria uma declaração do seu tipo de pescado. Assim, caso o pescador mentisse, seria considerado falso testemunho. Avançando para “Assuntos Gerais”, o Sr. Francisco Guimarães informou o recebimento de vinte e cinco denúncias sobre pesca irregular, com vídeos e fotos, solicitando que fosse enviado para ao Ministério Público Federal. Destacou que o pescador não levaria a culpa, e sim o órgão fiscalizador que não estava atuando efetivamente. O Sr. Roni Ribeiro relatou que devolveram uma rede que havia sido apreendida dentro de

um local proibido, a mando de um vereador. O Sr. Breno Bento sugeriu a convocação dos secretários de meio ambiente de todos os municípios do entorno da Lagoa, para discutir a questão da fiscalização. O Sr. Francisco Guimarães corroborou que poderia ser realizada uma reunião da CT Pesca com os Secretários Municipais de Meio Ambiente, para se trabalhar na criação de uma estratégia que sanaria os problemas na fiscalização. Proferiu que era trabalho da população o controle social. O Sr. Joel informou que estava sendo o responsável por denunciar pescadores irregulares no bairro de Monte Alto, em Arraial do Cabo. O Sr. Francisco questionou se os presentes concordavam em enviar um requerimento da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura, direcionada ao Ministério Público, relatando essas problemáticas nas áreas um, dois e três. Os membros presentes manifestaram-se de acordo. O Sr. Francisco Guimarães solicitou que quem estivesse com documentos de comprovação da barragem em mãos entregasse à representante do MAPA. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Sr. Francisco Guimarães agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião.

Registro Fotográfico:



Relator: Manuella Souto, revisado por Leonardo Nascimento

Elaborado em: 14/07/2022

Aprovado em: 15/09/2022



FRANCISCO GUIMARÃES
Coordenador da Câmara Técnica de Pesca
e Aquicultura do CBHLSJ